

De nascente a poente: a eminência do espaço atlântico no comércio e na exploração colonial do Império português

RESUMO

O fim da união ibérica (1640) indica o princípio de dois significativos traços do Império português. Caracterizado, primeiramente, pelos esforços de fortalecimento e reorganização da exploração econômica dos domínios ultramarinos. Depois, pela proeminência do espaço Atlântico. Na presente comunicação discutiremos alguns dos fatores que contribuíram para que o comércio e a exploração colonial dos domínios portugueses no ocidente superassem em importância os do Índico.

*

*

*

O século XVII é considerado um período de crise. Aumento da mortalidade, causado por epidemias e fomes. Conseqüente nulidade no crescimento ou mesmo diminuição da população. Decréscimo do comércio nos importantes mercados do Báltico e do Mediterrâneo. Queda dos lucros da Companhia das Índias Orientais entre 1630 e 1670. Fim da Companhia Anglo-Africana e da neerlandesa Companhia das Índias Ocidentais em princípios da década de 1650. O pulular de revoltas sociais na Europa Oriental e na Ocidental. Conflitos bélicos, um dos quais durando nada menos que 30 anos. A “crise geral do século XVII”, segundo Eric Hobsbawm, é o legado deixado pela prosperidade da centúria anterior. Caracterizado por forte expansão econômica, o século XVI não dispunha de estruturas sociais que dessem suporte a esse crescimento, ou, em outras palavras, que promovessem o surgimento do capitalismo moderno. “Uma vez aparecido o primeiro *crack*, toda a instável estrutura começou a cambalear”¹.

As contradições desse movimento ocorrido no seiscentos são apresentadas por Hobsbawm em três frentes. Primeiro, na Europa oriental, onde houve aumento das áreas de

¹ Eric J. Hobsbawm. La crisis del siglo XVII. In: Trevor Aston (ed.). *Crisis en Europa, 1560-1660*. Tradução de Manuel Rodríguez Alonso. Madri: Alianza Editorial, 1983 (1ª. edição inglesa, 1965), p. 39.

produção servil, alta concentração das terras e, por conseguinte, da riqueza. Essas características permitiram um excedente na produção de víveres que serviram no abastecimento da Europa ocidental, dando maiores possibilidades para a expansão manufatureira que lá se verificava. Por outro lado, redundaram na intensificação da exploração servil, e na diminuição da importância do Báltico como mercado consumidor, uma vez que o camponês e a “nobreza menor” viram-se sacrificados em prol de um “punhado de magnatas”, que, excitados pelos ganhos do crescente mercado alimentício, ampliaram o controle e a exploração feudal. A segunda frente são os mercados coloniais, que, num primeiro momento, deram boas vantagens a custos reduzidos. No Oriente, o aumento da concorrência acarretou gastos com proteção “contra os antigos e novos rivais”, os quais tiveram de ser compensados por aumento dos preços monopolistas já praticados nessas praças; no Ocidente, possivelmente alcançados “os limites técnicos” da extração de metais na América espanhola, houve queda na exportação de prata “a partir de 1610, pouco mais ou menos”. Revertendo, depois, num “novo modelo de exploração colonial”, calcado especialmente nas exportações de produtos manufaturados da Europa. A terceira frente, e última, refere-se à Europa ocidental, na qual, graças a uma estrutura social fortemente feudal, a expansão da indústria rural “gerou seus próprios obstáculos”. Grandes inovações técnicas eram “improváveis”, e pode-se afirmar que a oferta não conseguiu acompanhar a crescente demanda alimentícia. Além disso, a população rural foi pressionada pelos senhores, pelos cidadãos (que passaram a investir na agricultura) e pelo próprio Estado. Com menor capacidade de defesa contra a guerra e a fome, o campo via-se grandemente sacrificado. A crise que, então, teve início no setor primário, refletiu-se em outros, como o das manufaturas. Tudo, enfim, gerado pela continuidade de “certos obstáculos gerais que ainda se opunham ao pleno desenvolvimento do capitalismo”².

Os artigos de Eric Hobsbawm, escritos originalmente na década de 1950³, deram ensejo a fecundo debate sobre o tema. Immanuel Wallerstein, sumariando as principais divergências das diferentes interpretações do fenômeno, considera três pontos de vista, com suas respectivas periodizações. Os quais, de fato, dizem respeito ao momento de ruptura

² *Idem, ibidem*, pp. 31-40.

³ Cf. Eric J. Hobsbawm. *The General Crisis of the European Economy in the 17th Century. Past & Present*. Oxford University Press, maio de 1954, n.º 5, pp. 33-53; e *Idem*. *The Crisis of the 17th Century – II. Past & Present*. Oxford University Press, novembro de 1954, n.º 6, pp. 44-65.

para o surgimento do mundo moderno, quer dizer, capitalista. Assim, como marco dessa inflexão, ter-se-ia a industrialização (1800); o aparecimento dos “primeiros Estados ‘capitalistas’” ou das “ideias-chave ‘modernas’” (1650)⁴; ou, por fim, a “criação de um sistema *mundial* capitalista, distinto de outras formas de economia” (1500). A viragem, para Wallerstein, dentre os períodos arrolados, deu-se no último. Partindo daí, o século XVII não pode ser encarado como um momento em que ocorreram mudanças que mexessem em estruturas de longa duração. Antes, mera depressão conjuntural que, sob ótica mais ampla, comporia ondas cíclicas de expansão e contração (fases A e B). O quinhentos, próspero, seria a fase A, e a centúria posterior, menos próspera, a B⁵. Pois é disso que se trata: níveis diferentes de prosperidade, em que o século XVII é caracterizado como “um quadro de mediania económica, um tempo de pausa, de preocupação, de reajustamento”. “A contração do século XVII”, primeira de muitas outras, “ocorreu *dentro* de uma economia-mundo capitalista em funcionamento, em prossecução”. Sob esse enfoque, o que se segue não é a ruína de uma estrutura econômico-social, mas o fortalecimento da “economia-mundo capitalista como sistema”⁶.

Contração, depressão ou crise. Como se inseria Portugal nesse contexto? Frédéric Mauro, que se refere às interpretações de uma “grande depressão do século XVII” como “clássicos lugares comuns”, considera que a fase favorável do século XVI português ultrapassa 1640 e vai esmorecer somente no fim do seiscentos, com a concorrência das produções antilhanas, e, ainda assim, apoiada pelas riquezas das minas do centro-sul do Brasil, a perda de forças não é tão grave⁷. A diferença é que nesse momento as melhores cartas trocaram de mãos⁸. A península ibérica perde definitivamente sua posição de destaque e passa a assumir papel periférico.

⁴ Ponto em que, segundo Wallerstein, inserir-se-ia a tese de Hobsbawm. Cf. Immanuel Wallerstein. *O Sistema Mundial Moderno – II. O mercantilismo e a consolidação da economia-mundo européia, 1600-1750*. Tradução de Carlos Leite, Fátima Martins, e Joel de Lisboa. Porto: Edições Afrontamento, 1996 (1ª edição estadunidense, 1980). (Coleção Biblioteca das Ciências do Homem, História, nº. 12), pp. 16-17.

⁵ *Idem, ibidem*, pp. 11-19.

⁶ Toda essa análise, de caracterização da fase B, é desenvolvida no primeiro capítulo do vol. 2 da obra de Wallerstein. *Idem, ibidem*, pp. 21-42.

⁷ Frédéric Mauro. *Portugal, o Brasil e o Atlântico, 1570-1670*. 2 vols. Tradução de Manuela Barreto. Lisboa: Editorial Estampa, 1997 (1ª edição francesa, 1960), vol. 2, p. 254.

⁸ *Idem, ibidem*. Wallerstein aponta “que uma fase B envolve *precisamente* uma redistribuição das cartas”. Immanuel Wallerstein. *O Sistema Mundial Moderno – II. O mercantilismo e a consolidação da economia-mundo européia, 1600-1750, op. cit.*, p. 29, nota 48.

Os anos de 1640 são marcantes para o Império castelhano. A coroa espanhola encontrava ameaçadas por revoltas suas possessões catalãs, navarras, aragonesas, portuguesas e napolitanas. Ainda que se tenha contido a maioria dos movimentos insurretos, a perda de Portugal, e o conseqüente fim da união ibérica, foi inevitável. No mesmo decênio (1648), após oitenta anos de guerra, vê-se obrigada a reconhecer a independência das províncias neerlandesas, as quais, junto com Inglaterra e França, ocupavam a centralidade que outrora fora ibérica⁹. O “esfacelamento imperial” de Castela, segundo Eduardo D’Oliveira França, seria decisivamente coroado em 1659 com a assinatura do Tratado dos Pirineus. Abrindo as portas para aquele que seria conhecido como o século francês. “Progressivamente francês, para vir a ser o Século das Luzes”¹⁰. Portugal, por sua vez, deveria assegurar a restaurada autonomia. Mais do que isso, garantir ou mesmo reaver os domínios de seu Império. Aclamado no reino o duque de Bragança, agora d. João IV, a informação fora transmitida às conquistas, a certificar o bom acolhimento na Madeira, em Porto Santo, em Mazagão, nos Açores, em Angola, no Brasil, em Moçambique, na Índia, em Macau¹¹. Notícia dada, reconhecimento feito, rei saudado, restava ainda conter a fúria espanhola e a concorrência estrangeira no Ocidente e, particularmente, no Oriente.

Entre os séculos XV e XVI, Portugal conseguira um dos maiores feitos jamais vistos. Transpondo obstáculos de ordem vária, consolidou-se como nação “senhora do Oceano Índico”, a despeito da enorme distância a percorrer, dos vultosos recursos a empregar, e das inevitáveis batalhas contra os locais¹². Atingindo extensão espacial máxima cerca de 1570, até os decênios posteriores manter-se-ia firme tanto no âmbito militar como no econômico¹³. Já em princípios do seiscentos, o comércio português na Ásia, no geral, decaía. Como conseqüência, receitas alfandegárias de alguns portos seguiam o mesmo rumo. A situação

⁹ Cf. *Idem. O Sistema Mundial Moderno – I. A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo européia no século XVI*. Tradução de Carlos Leite, Fátima Martins, e Joel de Lisboa. Porto: Edições Afrontamento, 1990 (1ª edição estadunidense, 1974). (Coleção Biblioteca das Ciências do Homem, História, nº. 4), pp. 167-220; e R. A. Stradling. *Europa y el declive de la estructura imperial española, 1580-1720*. Tradução de Jesús Fernández Zulaica. Madri: Cátedra, 1992 (1ª edição inglesa, 1981).

¹⁰ Cf. Eduardo D’Oliveira França. *Portugal na Época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 33.

¹¹ Cf. Damião Peres. O Império Português na hora da Restauração. In: *A Restauração e o Império Colonial Português*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1940, pp. 31-58.

¹² Bailey W. Diffie; George D. Winius. *A fundação do império Português (1415-1580)*. 2 vols. Lisboa: Vega, 1993 (1ª edição estadunidense, 1977), vol. 1, p. 225.

¹³ Cf. *Idem, ibidem*, vol. 2, p. 79; e Joaquim Romero Magalhães. Os Limites da Expansão Asiática. In: Francisco Bethencourt; Kirti Chaudhuri (dir.). *História da Expansão Portuguesa*. 5 vols. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998 (Temas e Debates e Autores), vol. 2 – Do Índico ao Atlântico (1570-1697), pp. 9-10.

chegou a tal ponto que o Estado da Índia passou a necessitar de subsídios, remetidos de Lisboa a Goa, para cobrir seus gastos militares¹⁴.

Alguns fatores contribuíram para ofuscar o brilho das águas índicas do Império português. Um deles, nas palavras de Joaquim Romero Magalhães, eram os enormes olhos, que barriga tão diminuta não podia sustentar, “procurando tragar o que não eram capazes de digerir”. Espalhando-se por muitos lugares, não deram conta, posteriormente, de se resguardarem dos que lá iam concorrer com seu poderio, mercê da falta de “ordenamento militar para uma defesa global eficaz”¹⁵. Funesta consequência de uma ocupação inicial que se movera antes por obstinação do que por projeto a traços claros¹⁶. Outro fator, o mais escandaloso, era a notória conduta inadequada, especialmente no que dizia respeito às finanças. Todo tipo de desvio era praticado, fosse na redução do pagamento de direitos de exportação fosse na venda ilegal de produtos nos mercados internos. Mais funcionários do que o necessário, salários muito superiores aos comumente praticados, “ausência de escrúpulo” e “corrupção geral”¹⁷. O pior era o consentimento e, muitas vezes, a participação dos próprios vice-reis.

O Oriente, até então a menina dos olhos da Coroa portuguesa, tinha pouco a pouco sua importância obliterada pelo lado oposto do globo. Em setembro de 1640, meses antes da revolução restauradora da monarquia lusitana, a extensão do domínio português na Ásia, apesar das perdas sofridas, ainda era digna de nota. Aproximadamente vinte e cinco anos depois, a situação já não era a mesma. De vinte e seis fortalezas e feitorias, chegava-se, em 1666, a dezessete¹⁸. Afora as disputas contra holandeses e ingleses, hostilidades podiam vir também por parte de grupos e impérios locais da própria Ásia¹⁹. Por causa de tamanhas dificuldades, o comércio atlântico e, especialmente, a América portuguesa foram se

¹⁴ Cf. A. R. Disney. *A Decadência do Império da Pimenta: comércio português na Índia no início do século XVII*. Lisboa: Edições 70, 1981 (1ª edição estadunidense, 1978), pp. 67-73 e 79-80.

¹⁵ Joaquim Romero Magalhães. *Os Limites da Expansão Asiática*, *op. cit.*, p. 21.

¹⁶ Cf. Bailey W. Diffie; George D. Winius. *A fundação do império Português (1415-1580)*, *op. cit.*, vol. 2, p. 207.

¹⁷ J. Lúcio Azevedo. *Épocas de Portugal Económico. Esboços de História*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1978, 4ª. edição (1ª. edição, 1929), p. 154 e pp. 160-164. Veja-se, também, A. R. Disney. *A Decadência do Império da Pimenta: comércio português na Índia no início do século XVII*, *op. cit.*, pp. 75-76.

¹⁸ Cf. Charles R. Boxer. *A Índia Portuguesa em Meados do Século XVII*. Tradução de Luís Manuel Nunes Barão. Lisboa: Edições 70, 1982 (1ª. edição indiana, 1980), pp. 13-16.

¹⁹ Cf. *Idem, ibidem*, p. 16; Joaquim Romero Magalhães. *Os Limites da Expansão Asiática*, *op. cit.*, pp. 18 e 27; e Kirti Chaudhuri. *A Concorrência Holandesa e Inglesa*. In: Francisco Bethencourt; Kirti Chaudhuri (dir.). *História da Expansão Portuguesa*, *op. cit.*, vol. 2, pp. 82-106.

destacando ainda mais. Expressão máxima dessa importância é a suposta declaração de d. João IV de que o Brasil era sua “vaca leiteira”, e que a manutenção da Índia era um “pesado fardo” ao qual renunciaria “se encontrasse uma maneira honrosa de o fazer”²⁰.

É preciso balizar a decadência do Império português na Ásia. Se as dificuldades eram muitas, os ganhos, mesmo menores, não eram de se jogar fora. Durante o período filipino, análise das receitas e despesas das feitorias portuguesas do Oriente indica déficits para algumas delas. Todavia, o quadro geral do Estado da Índia, para os anos de 1581 a 1635, apresenta saldos positivos, que variam de 7 a 120 contos de réis. Os problemas financeiros que são eventualmente verificáveis podem ser atribuídos a “situações de crise, má gestão financeira, nepotismo e, sobretudo, a enorme corrupção que grassava na administração de Goa”²¹. Assim como sofriam de certo exagero os relatos dos primeiros conquistadores sobre a riqueza incomensurável do Oriente português, aqueles que, depois, lamentaram o ocaso geral não eram mercedores de confiança pia. A apregoada decadência, ressaltada principalmente por cronistas de fins do seiscentos, “não foi evidente em todos os momentos e lugares, e houve intervalos de relativa calma e prosperidade”²².

De todas as nações estrangeiras, a neerlandesa está entre as que trouxeram mais perturbações ao comércio português no seiscentos. A “hegemonia holandesa”²³, por exemplo, far-se-ia sentir por todas as partes dos domínios lusitanos. O padre António Vieira, céptico sobre a recuperação do nordeste do Brasil, sob controle batavo desde 1630, sintetizava essa situação em carta ao marquês de Niza:

[...] ainda quando o Brasil se nos dêsse de graça, era matéria digna de muita ponderação ver se nos convinha aceitá-lo com os encargos da guerra com a Holanda, em tempo que tão embaraçados nos tem a de Castela; porque são homens os holandeses com quem não só vizinhamos no Brasil, senão na Índia, na China, no Japão, em Angola, e em todas as partes da terra e do mar onde o seu poder é o maior do mundo²⁴.

²⁰ Charles R. Boxer. *A Índia Portuguesa em Meados do Século XVII*, op. cit., p. 18.

²¹ Artur Teodoro de Matos. A situação financeira do Estado da Índia no período filipino (1581-1635). In: *Idem. Na Rota da Índia: estudos de história da expansão portuguesa*. Lisboa: Instituto Cultural de Macau, 1994 (Coleção Documentos e Ensaios, vol. 8), pp. 64 e 68.

²² Charles R. Boxer. *O império marítimo português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 (1ª edição inglesa, 1969), p. 161.

²³ Cf. Immanuel Wallerstein. *O Sistema Mundial Moderno – II. O mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750*, op. cit., pp. 43-77.

²⁴ Carta do padre António Vieira ao marquês de Niza. 11 de março de 1646. In: *Cartas do Padre António Vieira*. 3 tomos. Edição de J. L. de Azevedo. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1925-1928, tomo 1, p. 86.

Expulsos de Angola em 1648 e do nordeste brasileiro em 1654, os batavos levaram as técnicas aprendidas na América para as Antilhas e meteram-se a fabricar açúcar e tabaco. Segundo Vitorino Magalhães Godinho, a criação de uma nova economia desses gêneros associada à política econômica de Colbert na França foram “desastrosas para o comércio atlântico português”. Em razão do aumento da oferta, houve iminente queda de preço. O açúcar, que em 1650 tinha a arroba vendida, em Lisboa, a 3.800 réis, sofreu, em nove anos, descenso de 33% e, em vinte, de 41%. Com relação ao tabaco, a caída do preço foi ainda mais acentuada: 65%, entre 1650 e 1670. O fornecimento de prata diminuiu por volta de 1670-1680 por dois motivos: primeiro, porque o envio do metal à Espanha já não vinha mais na mesma quantia de outrora, depois, pelo desvio, para outras nações, da “corrente de prata que de Sevilha corria para Lisboa”²⁵.

No ano de 1675, o diplomata Duarte Ribeiro de Macedo relatava com satisfação a descoberta da pedra filosofal. Permanecera na França durante nove anos, a serviço da monarquia portuguesa²⁶. Foi lá que, num diálogo com o embaixador do rei da Inglaterra, soube da forte impressão daquele monarca ao ver o pau cravo, e da observação que fizera sobre o rei de Portugal ser o único a ter os “meios para destruir os Holandezes”. Intrigado com esta “notável proposição”, não pôde saber os motivos que levaram Carlos II a considerá-la porque uma visita interrompeu a conversa que travava com o ministro inglês. Em outra ocasião, ainda em Paris, divagava com seu amigo, o embaixador dos Estados de Holanda, Pedro Grócio, sobre o Brasil e de como os portugueses tinham conseguido expulsar os batavos dos territórios da América lusa. Discorrendo sobre as vantagens das quais aqueles se valeram nesta empreitada, Grócio, sem dar maiores explicações, apontou, como uma delas, o fato de a Companhia das Índias Orientais (Vereenigde Oost-Indische Compagnie – VOC) esforçar-se para arruinar a das Índias Ocidentais (West-Indische Compagnie – WIC).

²⁵ Vitorino Magalhães Godinho. Portugal, as Frotas do Açúcar e as Frotas do Ouro (1670-1770). *Estudos Econômicos*. São Paulo, 1983, v. 13, número especial, pp. 722-724.

²⁶ Cf. Moses Bensabat Amzalak. *A economia política em Portugal. O diplomata Duarte Ribeiro de Macedo e os seus discursos sobre Economia Política*. Lisboa: Museu Comercial de Lisboa, 1922, pp. 5-10; e Ana Maria Homem Leal de Faria. Duarte Ribeiro De Macedo. A Modern Diplomat (1618-1680). *e-Journal of Portuguese History*. Universidade do Porto, e Brown University, verão de 2006, vol. 4, n°. 1.

Duas questões de tirar o sono, que Duarte Ribeiro não deixaria sem respostas. A primeira, foi perguntar ao próprio embaixador inglês. Milord Montagu redarguiu que se fossem produzidos cravo e canela no Maranhão far-se-ia frente ao comércio batavo; pois que o produto lusitano, com o baixo custo do transporte, chegaria à Europa a preço bastante inferior, tornando inútil a navegação holandesa da Índia. Da segunda matéria, armou estratégia a fim de obter, por meio indireto, explicações que viessem da própria boca de Grócio. O resultado foi a informação de que, durante o domínio holandês, ter-se-ia cultivado na América portuguesa anil e noz moscada com tamanho sucesso a ponto de a Companhia das Índias Orientais temer a perda de seu comércio, caso o Brasil desenvolvesse a cultura das outras drogas que vinham do Oriente. Estava descoberta, então, a pedra filosofal, conforme anunciava Macedo. Tinha ela nome e sobrenome: “transplantação dos frutos da Índia ao Brasil”; “porque não há dúvida”, justificava o ministro português, “que se o Brasil produzisse cravo, pimenta, canela e todas as mais plantas, que a Natureza produz, e a Arte cultiva no Oriente, seria riqueza mais útil, e menos custosa que a das Minas do Potosi, e Sofála”²⁷.

A idéia de Macedo não era totalmente original. Antes dele, já fora defendida e, inclusive, colocada em prática²⁸. Há relatos de que no século XVI tentou-se plantar pimenta e gengibre no Brasil. Os tempos, porém, eram outros. D. Manuel e, depois, d. Sebastião teriam proibido o cultivo das plantas da Índia na América e em outras partes do Atlântico, receando que tais produções influíssem numa baixa dos preços das drogas do Oriente no mercado europeu²⁹. A proposta de Duarte Ribeiro de Macedo não vinha só. Junto dela, a noção da urgência em se desenvolverem as manufaturas do reino³⁰. Ambas a reboque da crise simultânea do açúcar, do tabaco e da prata em Portugal, somada à concorrência inglesa e holandesa no Índico.

²⁷ Duarte Ribeiro de Macedo. Observações sobre a transplantação dos fructos da India ao Brazil, feitas no anno de 1675. In: Moses Bensabat Amzalak. *A economia política em Portugal. O diplomata Duarte Ribeiro de Macedo e os seus discursos sobre Economia Política*, op. cit., pp. 30-38.

²⁸ Cf. J. R. Amaral Lapa. O Problema das Drogas Orientais. In: *Idem. Economia Colonial*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973, p. 113.

²⁹ Cf. Luís Ferrand de Almeida. Aclimação de plantas do Oriente no Brasil durante os séculos XVII e XVIII. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: Instituto de Estudos Históricos, 1975, tomo 15, pp. 342-344. Os relatos, apontados por Almeida, são de Gabriel Soares de Souza e do padre António Vieira.

³⁰ Cf. Duarte Ribeiro de Macedo. Discurso sobre a introdução das artes em Portugal. 1675. In: Moses Bensabat Amzalak. *A economia política em Portugal. O diplomata Duarte Ribeiro de Macedo e os seus discursos sobre Economia Política*, op. cit., pp. 11-29.

No momento em que Ribeiro de Macedo escrevia seus discursos, a crise portuguesa já estava percebida, e as propostas para solucioná-la começariam a se firmar. Além dos investimentos nas manufaturas do reino, Godinho aponta operação monetária do governo português para atrair dinheiro estrangeiro, que a curto prazo foi bem sucedida. A fundação da Companhia de Cachéu, no mesmo período, é mais uma tentativa de remediar a complicada situação. Obtendo permissão do rei espanhol para levar escravos da Guiné às Índias ocidentais de Castela, a companhia fazia entrar no porto de Lisboa as *piastras* arrecadadas com as vendas dos cativos negros. Incluíam-se os esforços para dirimir o déficit da balança comercial portuguesa, limitando as importações do reino, e teremos algumas das medidas que compuseram o chamado “conjunto coerente das soluções da crise”³¹.

As décadas iniciais pós-restauração portuguesa foram marcadas por sucessivas possibilidades de perda do reino. Não bastassem a guerra com Castela e a necessidade de proteção das fronteiras, os conflitos palacianos, os planos de regicídio e as oposições à casa de Bragança acresciam-se às dificuldades das primeiras regências³². Em 1656 faleceu d. João IV e tomara seu lugar, como sucessor, o pequeno d. Afonso VI, menor de idade e sofrendo de hemiplegia. Até que completasse vinte anos, ficou encarregada do governo a rainha d. Luísa de Gusmão, sua mãe. O reinado afonsino seguiu a mesma política anterior de luta pela manutenção da independência portuguesa. Com destaque, a partir de 1662, para a atuação de d. Luís de Vasconcelos e Sousa, o conde de Castelo Melhor. Valido do rei, com o título de escrivão da puridade, foi crucial num momento em que as ofensivas castelhanas contra a Metrópole portuguesa recrudesceram. Intrigas na corte faziam surgir grupos contrários a d. Luís de Vasconcelos e à regência de d. Afonso VI. Um dos cabeças, o próprio irmão, infante d. Pedro, para quem, em novembro de 1667, já destituído Castelo Melhor, o monarca passava a administração de seus reinos³³. D. Pedro, em vista de peremptórios pedidos, “quase com demonstração de violência”, dos camaristas de Lisboa, do povo e de boa parte da nobreza para que tomasse em sua pessoa o governo de Portugal,

³¹ Vitorino Magalhães Godinho. Portugal, as Frotas do Açúcar e as Frotas do Ouro (1670-1770), *op. cit.*, pp. 724-725.

³² Cf. Rafael Valladares. *La Rebelión de Portugal: guerra, conflicto y poderes en la Monarquía Hispánica (1640-1680)*. Junta de Castilla y León: Consejería de Educación y Cultura, 1998, pp. 232-243.

³³ Cf. Desistência do reino, feita por d. Afonso VI. Lisboa, 22 de novembro de 1667. In: José Justino de Andrade Silva. *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa*. 10 vols, acrescidos de 5 vols. com suplementos. Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva, 1854-1859, (1657-1674), p.132.

e como amante e leal vassalo do rei, aceitava a incumbência³⁴. Não bastasse tirar o trono do irmão, levava a esposa de quebra. Em 1668 o príncipe regente casava-se com a rainha, d. Maria Francisca Isabel de Sabóia. A aclamação como rei viria anos depois, em 1683, com a morte de d. Afonso VI, isolado no palácio de Sintra³⁵.

Encerrava-se a fase inicial do período pós-restauração, que, embora centrada primeiramente na defesa e manutenção das fronteiras de Portugal metropolitano, deu início a importantes modificações na estrutura política lusitana. Novo estágio na administração central far-se-ia mais nítido³⁶. Com relação às das possessões portuguesas, ganhava força movimento e esforço para melhor sistematizar o domínio e a exploração. Com especial atenção para o Atlântico. Sem, todavia, descuidar-se da parte asiática do Império, ainda considerável mesmo que longe de seus tempos áureos.

Segundo Jaime Cortesão, no que diz respeito aos domínios coloniais, duas são as “fases de ressurgimento” na história de Portugal: com d. Pedro II e, depois, com d. José I e o marquês de Pombal³⁷. A reorganização dessa primeira fase destacada por Cortesão foi, até o momento, pouco estudada³⁸. Para o Estado da Índia, entre 1668 e 1683, Glenn J. Ames analisou em artigo da década de 1990 as “prioridades e estratégias planeadas e executadas em Lisboa e em Goa”³⁹. Pôde, então, detectar um conjunto de reformas de d. Pedro e seus conselheiros visando não só garantir a manutenção do que restava das possessões asiáticas mas, principalmente, reabilitar o Estado da Índia. Inúmeras foram as medidas adotadas, algumas duradouras, outras nem tanto: liberdade de comércio na costa leste de África para todos os súditos portugueses (1672) – permanecendo o monopólio

³⁴ Cf. Manifesto do infante d. Pedro. Lisboa, 24 de novembro de 1667. In: *Idem, ibidem*, pp. 132-133.

³⁵ Cf. António G. Matoso. *História de Portugal*. 2 vols. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1939, vol. 2, pp. 135-139; A. H. de Oliveira Marques. *Breve História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 2006, 6ª edição (1ª edição, 1995), pp. 304-305; e Rafael Valladares. *La Rebelión de Portugal: guerra, conflicto y poderes en la Monarquía Hispánica (1640-1680)*, *op. cit.*, pp. 233-237.

³⁶ Cf. Nuno Gonçalo F. Monteiro. A Consolidação da Dinastia de Bragança e o Apogeu do Portugal Barroco: centros de poder e trajetórias sociais (1668-1750). In: José Tengarrinha (org.). *História de Portugal*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000, pp. 128-133.

³⁷ Jaime Cortesão. As colónias do Oriente [1934]. In: *Idem. Obras Completas – vol. 4 – História da expansão portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993, p. 267.

³⁸ Cf. Nuno Gonçalo F. Monteiro. A Consolidação da Dinastia de Bragança e o Apogeu do Portugal Barroco: centros de poder e trajetórias sociais (1668-1750), *op. cit.*, p. 128.

³⁹ Cf. Glenn J. Ames. Pedro II and the ‘Estado da Índia’: Braganzan Absolutism and Overseas Empire, 1668-1683. *Luso-Brazilian Review*. University of Wisconsin Press, inverno de 1997, vol. 34, nº. 2, pp. 1-13. Veja-se, também, mais recente estudo sobre o tema, do mesmo autor: Glenn J. Ames. *Renasant Empire? The House of Braganza and the Quest for Stability in Portuguese Monsoon Asia, ca. 1640-1683*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2000.

régio sobre certos produtos (1673); planos para atrair capital de ricos cristãos-novos (1669-1675); repressão aos abusos da Inquisição de Goa e das ordens religiosas, que afastavam os mercadores hindus e seu alto poder econômico; aumento do controle sobre as fortalezas marginais, como Sofala, Timor e Macau. Das disposições, as mais notáveis concerniam ao restabelecimento da Carreira da Índia, em franco declínio nas primeiras décadas posteriores à restauração. Entre 1668 e 1682, de 31 viagens, 30 foram realizadas com sucesso, graças às ações empreendidas. A melhor indicação do bom êxito das reformas são os números do orçamento do Estado da Índia, que em 1680 apresentava superávit de 271 mil xerafins, algo em torno de 81 contos de réis⁴⁰.

O mais importante estudo sobre as ações reorganizadoras do período de d. Pedro II para o Brasil é o artigo de Mario Rodríguez, de 1958, e diz respeito mais diretamente à Colônia do Sacramento⁴¹. Na análise que desenvolve sobre as disputas entre Espanha e Portugal pela posse de regiões próximas ao Rio da Prata, Rodríguez destaca os fatores econômicos “subjacentes à controvérsia”. Assim como Cortesão, reconhece a administração de d. Pedro II como um marco na história do Império de Portugal. Além disso, aponta-o como “precursor dos movimentos do século XVIII promovidos pelo Marquês de Pombal na América Portuguesa e pelos reis borbônicos no mundo hispânico”⁴². Os projetos para a Colônia do Sacramento, estabelecida em 1680, visavam retomar o comércio de contrabando com o lado espanhol, explorar o “potencial agrícola da Banda Oriental”, expandir os territórios como estratégia defensiva, aproveitar “os recursos minerais e humanos da região”, e, por fim, defender e controlar as “áreas de minério no caso de uma descoberta”⁴³. No âmbito da América portuguesa, intentava-se “levar ordem e uniformidade à administração colonial”, tornando-a mais eficiente, melhorando as relações comerciais entre Metrópole e colônia, promovendo desenvolvimento e diversificação da economia. Para Rodríguez, os novos regimentos coloniais da década de 70 do século XVII “não deixam dúvidas sobre a determinação de Portugal para estimular o comércio e a

⁴⁰ Cf. Glenn J. Ames. Pedro II and the ‘Estado da Índia’: Braganzan Absolutism and Overseas Empire, 1668-1683, *op. cit.*, pp. 6-10. A aproximação de xerafim para real foi feita com base em Rafael Bluteau. *Vocabulário português e latino, aulico, anatômico[...]* pelo padre D. Raphael Bluteau. 10 vols. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728, vol. 8, p. 612.

⁴¹ Cf. Mario Rodríguez. Dom Pedro of Braganza and Colônia do Sacramento, 1680-1705. *The Hispanic American Historical Review*. Duke University Press, maio de 1958, vol. 38, nº. 2, pp. 179-208.

⁴² *Idem, ibidem*, pp. 179 e 180.

⁴³ *Idem, ibidem*, p. 194.

economia das suas possessões no Brasil”⁴⁴. Se a América portuguesa e o comércio atlântico apresentaram-se como essenciais para o sustento das guerras que Portugal travou até o reconhecimento de sua independência⁴⁵, não seriam de somenos importância durante as difíceis últimas décadas do seiscentos⁴⁶.

Há fatores que devem ser levados em conta quando se destacam as políticas de d. Pedro. Além do gênio do regente e de seus conselheiros, o término de uma conjuntura de guerra – especialmente depois que Espanha reconhece a independência de Portugal (1668) – e as dificuldades impostas por uma situação de crise, especialmente da economia açucareira, ajudam a explicar as inúmeras medidas adotadas para garantir e melhorar o comércio da Metrópole com suas colônias⁴⁷. A partir de então, a consciência da importância, para o “bem-estar financeiro do reino”, de um império tridimensional que ia do Brasil, passando por Angola, até Macau podia, finalmente, ser colocada em prática⁴⁸. É certo, contudo, que desde os primeiros anos do século XVII, conforme Joaquim Romero Magalhães, “já o império atlântico português se encontrava bem visível”⁴⁹. As primeiras experiências de transplantação dos gêneros asiáticos para América na década de 40 do seiscentos, o entusiasmo do diplomata Duarte Ribeiro de Macedo e as sucessivas tentativas de aclimação até princípios do XIX⁵⁰ evidenciavam mais e mais “como perdia relevo o império oriental em benefício do Brasil”⁵¹. Em benefício do Atlântico.

⁴⁴ *Idem, ibidem*, pp. 181 e 183.

⁴⁵ Cf. Stuart B. Schwartz. Prata, açúcar e escravos: de como o império restaurou Portugal. *Tempo*. Universidade Federal Fluminense, janeiro de 2008, vol. 12, n.º. 24, pp. 220-221.

⁴⁶ Cf. Vitorino Magalhães Godinho. Portugal, as Frotas do Açúcar e as Frotas do Ouro (1670-1770). *Estudos Econômicos*. São Paulo, 1983, v. 13, número especial, pp. 719-732.

⁴⁷ Cf. *Idem, ibidem*.

⁴⁸ Glenn J. Ames. Pedro II and the ‘Estado da Índia’: Braganzan Absolutism and Overseas Empire, 1668-1683, *op. cit.*, p. 3.

⁴⁹ Joaquim Romero Magalhães. A construção do espaço brasileiro. In: Francisco Bethencourt; Kirti Chaudhuri (dir.). *História da Expansão Portuguesa, op. cit.*, vol. 2, p. 41.

⁵⁰ Cf. J. R. Amaral Lapa. O Problema das Drogas Orientais, *op. cit.*, pp. 127-135; Luís Ferrand de Almeida. Aclimação de plantas do Oriente no Brasil durante os séculos XVII e XVIII, *op. cit.*, pp. 395-408.

⁵¹ Joaquim Romero Magalhães. A construção do espaço brasileiro, *op. cit.*, vol. 2, p. 57.